

## **REGULAMENTO MUNICIPAL DE SEGURANÇA, HIGIENE E SAÚDE NO TRABALHO**

***APROVADO EM REUNIÃO ORDINÁRIA DA CÂMARA MUNICIPAL REALIZADA A 17  
DE OUTUBRO DE 2007 E NA SESSÃO EXTRAORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA  
MUNICIPAL REALIZADA A 31 DE OUTUBRO DE 2007***

## ÍNDICE

<b>PREÂMBULO .....</b>	<b>5</b>
<b>CAPÍTULO I.....</b>	<b>6</b>
<b>DISPOSIÇÕES GERAIS.....</b>	<b>6</b>
Artigo 1.º .....	6
Objectivo .....	6
Artigo 2.º .....	6
Âmbito de aplicação .....	6
Artigo 3.º .....	7
Conceitos.....	7
<b>CAPÍTULO II .....</b>	<b>8</b>
<b>DIREITOS, DEVERES E GARANTIAS DAS PARTES .....</b>	<b>8</b>
Artigo 4.º .....	8
Obrigações gerais do Município .....	8
Artigo 5.º .....	10
Direitos dos trabalhadores .....	10
Artigo 6.º .....	11
Obrigações dos trabalhadores.....	11
Artigo 7.º .....	12
Informação e consulta dos trabalhadores .....	12
Artigo 8.º .....	14
Formação dos trabalhadores.....	14
<b>CAPÍTULO III.....</b>	<b>14</b>
<b>REPRESENTAÇÃO DOS TRABALHADORES.....</b>	<b>14</b>
Artigo 9.º .....	14
Regime aplicável.....	14
Artigo 10.º .....	15
Caracterização da eleição dos representantes .....	15
Artigo 11.º .....	15
Processo de eleição .....	15
Artigo 12.º .....	16

Competência do Presidente da Câmara .....	16
Artigo 13.º .....	16
Exercício das funções de representação .....	16
<b>CAPÍTULO IV .....</b>	<b>17</b>
<b>COMISSÃO MUNICIPAL DE SEGURANÇA, HIGIENE E SAÚDE NO TRABALHO .....</b>	<b>17</b>
Artigo 14.º .....	17
Composição .....	17
Artigo 15.º .....	17
Atribuições e competências .....	17
Artigo 16.º .....	18
Funcionamento .....	18
Artigo 17.º .....	18
Duração do mandato .....	18
<b>CAPÍTULO V .....</b>	<b>18</b>
<b>ORGANIZAÇÃO E FUNCIONAMENTO DAS ACTIVIDADES DE SEGURANÇA, HIGIENE E SAÚDE NO TRABALHO .....</b>	<b>18</b>
Artigo 18.º .....	18
Objectivos .....	18
Artigo 19.º .....	19
Estrutura dos serviços .....	19
Artigo 20.º .....	19
Actividades principais .....	19
Artigo 21.º .....	21
Acesso à informação técnica .....	21
Artigo 22.º .....	21
Exames médicos .....	21
Artigo 23.º .....	22
Ficha clínica .....	22
Artigo 24.º .....	23
Relatório de actividades .....	23

<b>CAPÍTULO VI .....</b>	<b>23</b>
<b>EQUIPAMENTOS DE PROTECÇÃO INDIVIDUAL .....</b>	<b>23</b>
Artigo 25.º .....	23
Princípio geral .....	23
Artigo 26.º .....	23
Disposições gerais.....	23
Artigo 27.º .....	24
Obrigações do Município .....	24
Artigo 28.º .....	24
Obrigações dos trabalhadores.....	24
Artigo 29.º .....	25
Consulta dos trabalhadores .....	25
Artigo 30.º .....	25
Infracções.....	25
<b>CAPÍTULO VII .....</b>	<b>25</b>
<b>DISPOSIÇÕES FINAIS.....</b>	<b>25</b>
Artigo 31.º .....	26
Conhecimento aos trabalhadores .....	26
Artigo 32.º .....	26
Responsabilização .....	26
Artigo 33.º .....	26
Violação.....	26
Artigo 34.º .....	26
Verificação de procedimentos .....	26
Artigo 35.º .....	27
Entrada em vigor .....	27

## PREÂMBULO

A Segurança, Higiene e Saúde no Trabalho não se institui como um simples conjunto de acções de natureza técnica e organizativa acerca da prevenção dos acidentes de trabalho e das doenças profissionais. Com efeito, trata-se de uma área cuja gestão influi indubitavelmente na vida das organizações e que é preponderante no desenvolvimento da sua principal fonte de energia: as pessoas. Não obstante, e ciente das suas responsabilidades em facultar condições de trabalho que garantam a segurança e saúde dos trabalhadores bem como de contribuir, peremptoriamente, para uma maior realização profissional e uma melhor qualidade de vida, o Município de Albergaria-a-Velha procedeu à elaboração e implementação do Regulamento Municipal de Segurança, Higiene e Saúde no Trabalho.

As condições de segurança e saúde no trabalho são reguladas em numerosos Diplomas Legais e Regulamentares. O Decreto-Lei n.º 441/91, de 14 de Novembro (Lei Quadro) que estabelece o regime jurídico do enquadramento da Segurança, Higiene e Saúde no Trabalho, com redacção do Decreto-Lei n.º 133/99, de 21 de Abril, acolhe no ordenamento jurídico nacional as obrigações decorrentes da ratificação da Convenção n.º 155 da Organização Internacional do Trabalho (OIT), relativa à segurança, à saúde dos trabalhadores e ao ambiente de trabalho, e transpõe para o direito interno a Directiva n.º 89/391/CEE, respeitante à aplicação de medidas destinadas a promover a melhoria da segurança e saúde no trabalho. Desta forma, os princípios normativos constantes do Decreto-Lei n.º 441/91, de 14 de Novembro, e demais legislação complementar, designadamente do Decreto-Lei n.º 26/94, de 1 de Fevereiro, com a redacção dada pelas Leis n.ºs 7/95, de 29 de Março, e 118/99, de 11 de Agosto, e republicado pelo Decreto-Lei n.º 109/2000, de 30 de Junho que estabelece o regime de organização e funcionamento dos serviços de Segurança, Higiene e Saúde no Trabalho, exigem que se adaptem conceitos e se explicitem algumas das obrigações e inerentes responsabilidades dos empregadores e trabalhadores no âmbito da Administração Pública. Este é o objectivo do Decreto-Lei n.º 488/99, de 17 de Novembro que define as formas de aplicação do Decreto-Lei n.º 441/91, de 14 de Novembro, à Administração Pública. Aproveitou-se a oportunidade para estabelecer normas, por forma a evitar-se a dispersão da legislação nacional.

A defesa da segurança e saúde nos locais de trabalho tem de ser uma preocupação constante de uma eficaz gestão para que fiquem salvaguardadas as boas práticas. Uma incessante gestão da segurança e saúde no trabalho é a solução para a prevenção, quer de acidentes de trabalho, quer de doenças profissionais. No entanto, para que a política delineada tenha sucesso e se afirme como uma necessidade absoluta, ela deve ser concebida e desenvolvida pela gestão de topo e por ela continuamente apoiada, e estar em acordo com todas as outras políticas que inevitavelmente coexistem no Município.

## **CAPÍTULO I**

### **DISPOSIÇÕES GERAIS**

#### **Artigo 1.º**

##### **Objectivo**

O Regulamento Municipal de Segurança, Higiene e Saúde no Trabalho tem por objectivo estabelecer a organização, competência e funcionamento da actividade do Município na área da Segurança, Higiene e Saúde no Trabalho, nomeadamente no que se refere à prevenção técnica dos riscos profissionais, assim como a promoção da Segurança e Higiene nos locais de trabalho e a promoção e protecção da Saúde dos trabalhadores do Município.

#### **Artigo 2.º**

##### **Âmbito de aplicação**

O Regulamento Municipal de Segurança, Higiene e Saúde no Trabalho é aplicável a todos os trabalhadores que desempenhem funções no Município de Albergaria-a-Velha, independentemente do tipo de vínculo laboral e quaisquer que sejam as instalações e locais de trabalho onde exerçam a sua actividade.

## **Artigo 3.º**

### **Conceitos**

Para efeitos de aplicação do presente Regulamento, entende-se por:

- a) Entidade empregadora – o Presidente da Câmara Municipal de Albergaria-a-Velha, nos termos legalmente estabelecidos;
- b) Trabalhador – pessoa vinculada por nomeação, contrato administrativo de provimento ou contrato individual de trabalho que desempenhe funções no Município de Albergaria-a-Velha, bem como os que estejam na dependência económica do empregador em razão dos meios de trabalho e do resultado da sua actividade;
- c) Representante dos trabalhadores – pessoa eleita nos termos da lei para exercer funções de representação dos trabalhadores nos domínios da segurança, higiene e saúde no trabalho;
- d) Local de trabalho – todo o lugar em que o trabalhador se encontra, ou de onde ou para onde deve dirigir-se em virtude do seu trabalho, desde que aí esteja, directa ou indirectamente, sujeito ao controlo do empregador;
- e) Componentes materiais do trabalho – os locais de trabalho, o ambiente de trabalho, as ferramentas, as máquinas e materiais, as substâncias e agentes químicos, físicos e biológicos, os processos de trabalho e a organização do trabalho;
- f) Prevenção – acção de evitar ou diminuir os riscos profissionais através de um conjunto de disposições ou medidas que devam ser tomadas no licenciamento e em todas as fases de actividade do Município;
- g) Equipamento de protecção individual – todo o dispositivo ou meio destinado a ser envergado ou manejado com vista a proteger o utilizador contra riscos susceptíveis de constituir uma ameaça à sua saúde ou à sua segurança.

## **CAPÍTULO II**

### **DIREITOS, DEVERES E GARANTIAS DAS PARTES**

#### **Artigo 4.º**

##### **Obrigações gerais do Município**

O Município obriga-se a:

1. Respeitar, cumprir e fazer cumprir a legislação em vigor aplicável e o presente Regulamento, bem como a demais regulamentação interna que venha a ser definida no âmbito da segurança, higiene e saúde no trabalho.
2. Assegurar aos trabalhadores condições de segurança, higiene e saúde em todos os aspectos relacionados com o trabalho, tendo em conta os seguintes princípios de prevenção:
  - a) Proceder, na concepção das instalações, dos locais e processos de trabalho, à identificação dos riscos previsíveis, combatendo-os na origem, anulando-os ou limitando os seus efeitos, por forma a garantir um nível eficaz de protecção;
  - b) Proceder, na aquisição de máquinas e equipamentos à identificação de riscos, optando preferencialmente por máquinas e equipamentos ergonomicamente mais adequados e de menores riscos;
  - c) Substituir o que é perigoso pelo que é isento de perigo ou menos perigoso;
  - d) Integrar no conjunto das actividades do Município, e a todos os níveis, a avaliação dos riscos para a segurança e saúde dos trabalhadores, com a adopção de convenientes medidas de prevenção;
  - e) Assegurar que as exposições aos agentes químicos, físicos e biológicos, nos locais de trabalho, não constituam risco para a saúde dos trabalhadores;
  - f) Planificar a prevenção num sistema coerente que tenha em conta a componente técnica, a organização do trabalho, as relações sociais e os factores materiais inerentes do trabalho;



- g) Ter em consideração, na organização dos meios, não só os trabalhadores, como também terceiros susceptíveis de serem abrangidos pelos riscos e a realização dos trabalhos, quer nas instalações quer no exterior;
- h) Dar prioridade às medidas de protecção colectiva relativamente às de protecção individual;
- i) Organizar o trabalho, procurando, designadamente, eliminar os efeitos nocivos do trabalho monótono e do trabalho cadenciado sobre a saúde dos trabalhadores;
- j) Dar instruções adequadas aos trabalhadores, designadamente de boas práticas na área da segurança, higiene e saúde no trabalho;
- k) Ter em consideração se os trabalhadores têm conhecimentos e aptidões em matéria de segurança e saúde no trabalho que lhes permitam exercer com segurança as tarefas que lhes são incumbidas;
- l) Assegurar a vigilância adequada da saúde dos trabalhadores em função dos riscos a que se encontram expostos no local de trabalho;
- m) Estabelecer, em matéria de primeiros socorros, de combate a incêndios e de evacuação de trabalhadores, as medidas que devem ser adoptadas e a identificação dos trabalhadores responsáveis pela sua aplicação;
- n) Permitir unicamente a trabalhadores com aptidão e formação adequadas, e apenas quando e durante o tempo necessário, o acesso a zonas de risco grave;
- o) Adoptar medidas e dar instruções que permitam aos trabalhadores, em caso de perigo grave e iminente que não possa ser evitado, cessar a sua actividade ou afastar-se imediatamente do local de trabalho, sem que possam retomar a actividade enquanto persistir esse perigo, salvo em casos excepcionais e desde que assegurada a protecção adequada;
- p) Promover e dinamizar a formação e a informação para todos os trabalhadores, representantes dos trabalhadores e chefias nos domínios da segurança, higiene e saúde no trabalho;

- q) Assegurar a manutenção das instalações, máquinas, materiais, ferramentas e utensílios de trabalho nas devidas condições de segurança;
  - r) Fornecer aos trabalhadores o equipamento de protecção individual e os fardamentos necessários e adequados;
  - s) Colaborar com organizações nacionais e internacionais no âmbito da segurança, higiene e saúde no trabalho, de modo a beneficiar do conhecimento das técnicas e experiências mais actualizadas nesta área.
3. Mobilizar, na aplicação das medidas de prevenção, os meios necessários, nomeadamente nos domínios da prevenção técnica, da formação e da informação, e os serviços adequados, internos ou externos ao Município, bem como o equipamento de protecção que se torne necessário utilizar, tendo em conta, em qualquer caso, a evolução da técnica.

## **Artigo 5.º**

### **Direitos dos trabalhadores**

Constituem direitos dos trabalhadores:

- a) Executar o trabalho em condições de segurança, higiene e protecção da saúde;
- b) Receber formação e informação adequadas no domínio da segurança, higiene e saúde no trabalho, tendo em conta as respectivas funções e o posto de trabalho;
- c) Apresentar propostas susceptíveis de minimizar qualquer risco profissional;
- d) Suspender o trabalho em caso de perigo iminente e grave para a sua vida ou de terceiros, devendo informar imediatamente o seu superior hierárquico ou os trabalhadores que desempenhem funções específicas nos domínios da segurança, higiene e saúde no trabalho;
- e) Realizar de forma gratuita, exames no âmbito da medicina no trabalho;
- f) Conhecer os exames e o resultado da vigilância da saúde que lhes digam respeito, bem como solicitar a revisão deste resultado;

- g) Consulta do processo clínico individual, podendo solicitar cópia nos termos do Código de Procedimento Administrativo;
- h) Eleger e a poderem ser eleitos representantes dos trabalhadores para a comissão de segurança, higiene e saúde no trabalho, para defesa dos seus interesses.

## **Artigo 6.º**

### **Obrigações dos trabalhadores**

#### **1. Constituem obrigações dos trabalhadores:**

- a) Cumprir as prescrições de segurança, higiene e saúde no trabalho, estabelecidas nas disposições legais ou convencionais, no presente Regulamento e nas demais instruções determinadas com esse fim pelo Município;
- b) Colaborar com o Município na aplicação do presente Regulamento, com vista à melhoria do sistema de segurança, higiene e saúde no trabalho;
- c) Tomar conhecimento da informação e participar na formação sobre segurança, higiene e saúde no trabalho, proporcionada pelo Município;
- d) Utilizar correctamente e segundo as instruções transmitidas, máquinas, substâncias perigosas e outros equipamentos e meios postos à sua disposição, designadamente os equipamentos de protecção colectiva e individual, bem como cumprir os procedimentos de trabalho estabelecidos;
- e) Zelar pela sua segurança e saúde, bem como pela segurança e saúde dos demais que possam ser afectados pelas suas acções ou omissões no trabalho;
- f) Comunicar prontamente à respectiva chefia e aos serviços de segurança, higiene e saúde no trabalho as avarias ou deficiências por si detectadas, que considerem susceptíveis de originar perigo grave e iminente, assim como qualquer defeito verificado nos sistemas de protecção;
- g) Adoptar, em caso de perigo grave e iminente e não sendo possível estabelecer contacto imediato com o superior hierárquico, ou com os

trabalhadores que desempenhem funções específicas nos domínios da segurança, higiene e saúde no local de trabalho, ou os serviços de segurança, higiene e saúde no trabalho, as medidas e instruções estabelecidas para tal situação;

h) Comparecer, aos exames médicos e realizar todos os exames complementares de diagnóstico e testes destinados à verificação da aptidão física e psíquica do trabalhador para o exercício da sua profissão, bem como a repercussão do trabalho e respectivas condições na sua saúde.

2. Os trabalhadores não podem ser prejudicados por causa dos procedimentos adoptados na situação referida na alínea g) do número anterior, nomeadamente quando, em caso de perigo grave e iminente que não possa ser evitado, se afastarem do seu posto de trabalho ou de uma área perigosa, ou tomarem outras medidas para a sua própria segurança ou de terceiros.
3. O disposto no número anterior não atenua as responsabilidades de todos os que tiverem contribuído para originar a situação de perigo.
4. As medidas e actividades relativas à segurança, higiene e saúde no trabalho não implicam encargos financeiros para os trabalhadores, sem prejuízo das responsabilidades emergentes do incumprimento culposo das respectivas obrigações.
5. As obrigações dos trabalhadores no domínio da segurança, higiene e saúde nos locais de trabalho não excluem a responsabilidade do Município pela segurança, higiene e saúde daqueles em todos os aspectos relacionados com o trabalho.

## **Artigo 7.º**

### **Informação e consulta dos trabalhadores**

1. Os trabalhadores, assim como os seus representantes no Município, devem dispor de informação actualizada sobre:
  - a) Os riscos para a segurança e saúde, bem como as medidas de protecção e de prevenção e a forma como se aplicam, relativos ao posto de trabalho ou função;

- b) As medidas e as instruções a adoptar em caso de perigo grave e iminente;
  - c) As medidas de primeiros socorros, de combate a incêndios e de evacuação de trabalhadores em caso de sinistro, bem como os trabalhadores ou serviços encarregados de as pôr em prática.
2. Sem prejuízo da formação adequada, a informação a que se refere o número anterior, deve ser sempre facultada ao trabalhador nos seguintes casos:
- a) Admissão no Município;
  - b) Mudança de posto de trabalho ou funções;
  - c) Introdução de novos equipamentos de trabalho ou alteração dos existentes;
  - d) Adopção de uma nova tecnologia;
  - e) Actividades que envolvam trabalhadores de diversos serviços do Município.
3. O Município deve consultar os representantes dos trabalhadores ou, na sua ausência, os próprios trabalhadores sobre:
- a) A avaliação dos riscos para a segurança e saúde no trabalho;
  - b) As medidas de higiene e segurança antes de serem postas em prática ou, logo que seja possível, em caso de aplicação urgente das mesmas;
  - c) A designação dos trabalhadores responsáveis pela aplicação das medidas de primeiros socorros, de combate a incêndios e de evacuação de trabalhadores, a respectiva formação e material disponível;
  - d) O material de protecção que seja necessário utilizar;
  - e) As informações referidas na alínea a) do n.º 1.
4. Os trabalhadores e os seus representantes podem apresentar propostas, de modo a minimizar qualquer risco profissional.
5. Para efeitos do disposto nos números anteriores, deve ser facultado acesso:

- a) Às informações técnicas objecto de registo e aos dados médicos colectivos, não individualizados;
- b) Às informações técnicas provenientes de serviços de inspecção e outros organismos competentes no domínio da segurança, higiene e saúde no trabalho.

## **Artigo 8.º**

### **Formação dos trabalhadores**

1. Os trabalhadores devem receber uma formação adequada e suficiente no domínio da segurança, higiene e saúde no trabalho, tendo em conta as respectivas funções e as características do posto de trabalho.
2. A formação deve ser assegurada aos trabalhadores ou aos seus representantes de modo a que não possa resultar prejuízo para os mesmos.
3. O Município deve formar em número suficiente os trabalhadores responsáveis pela aplicação das medidas de primeiros socorros, de combate a incêndios e de evacuação de trabalhadores, bem como facultar-lhes material adequado.

## **CAPÍTULO III**

### **REPRESENTAÇÃO DOS TRABALHADORES**

## **Artigo 9.º**

### **Regime aplicável**

Aos representantes dos trabalhadores é aplicável o disposto no artigo 10.º – Representantes dos trabalhadores, do Decreto-Lei n.º 441/91, de 14 de Novembro; o artigo 4.º – Representantes dos trabalhadores e artigo 5.º – Processo de eleição dos representantes dos trabalhadores, do Decreto-Lei n.º 488/99, de 17 de Novembro, bem como o disposto no presente Regulamento.

## **Artigo 10.º**

### **Caracterização da eleição dos representantes**

1. Podem eleger e ser eleitos trabalhadores vinculados por nomeação, por contrato administrativo de provimento ou por contrato individual de trabalho sem termo.
2. Os representantes dos trabalhadores para a segurança, higiene e saúde no trabalho, são eleitos pelos trabalhadores por voto directo e secreto, segundo o princípio da representação pelo método de Hondt.
3. Só podem concorrer listas apresentadas pelas organizações sindicais que tenham trabalhadores representados no Município, ou listas que se apresentem subscritas, no mínimo, por 20% dos trabalhadores, não podendo nenhum trabalhador subscrever ou fazer parte de mais de uma lista.
4. Cada lista deverá indicar um número de candidatos efectivos igual ao dos lugares elegíveis e igual número de candidatos suplentes.
5. O número de trabalhadores a eleger é de três, de acordo com o definido no ponto 4, do artigo 4.º – Representantes dos trabalhadores, do Decreto-Lei n.º 488/99, de 17 de Novembro.

## **Artigo 11.º**

### **Processo de eleição**

1. A convocatória da eleição pode resultar da iniciativa do Presidente da Câmara ou ser precedida de solicitação, de acordo com o n.º 3 do artigo anterior, devendo a eleição, realizar-se no prazo de 45 dias úteis.
2. Da decisão, referida no número anterior, deve constar, designadamente:
  - a) A data limite para indicação, pelos trabalhadores, dos membros da mesa ou mesas de voto, referindo expressamente que, na ausência dessa indicação, os mesmos serão designados pelo dirigente competente, que poderá ser o dirigente de cada um dos serviços, até 48 horas antes da realização do acto eleitoral;
  - b) A designação de cinco membros por cada mesa ou mesas de voto, sendo três efectivos e dois suplentes;
  - c) A data do acto eleitoral;



- d) O período e o local de funcionamento das mesas de voto;
  - e) A data limite da comunicação dos resultados ao respectivo dirigente competente.
3. Os membros das mesas são dispensados do exercício dos seus deveres funcionais no dia em que houver eleições, sendo igualmente concedidas facilidades aos restantes trabalhadores, pelo período estritamente necessário para o exercício do direito de voto, sem perda de quaisquer direitos ou regalias, inclusive do subsídio de refeição.

## **Artigo 12.º**

### **Competência do Presidente da Câmara**

1. Compete ao Presidente da Câmara:
  - a) Decidir da realização do processo de eleição dos representantes dos trabalhadores, após audição prévia das organizações representativas dos trabalhadores, caso existam;
  - b) Definir a tramitação desse mesmo processo de acordo com a legislação em vigor, o presente Regulamento e demais regras aplicáveis.
2. A competência prevista no número anterior pode ser delegada no membro do executivo que tenha a seu cargo os recursos humanos.

## **Artigo 13.º**

### **Exercício das funções de representação**

1. O exercício das funções de representante dos trabalhadores não implica a perda de quaisquer direitos ou regalias, inclusive o subsídio de refeição.
2. Os representantes dos trabalhadores dispõem, para o exercício das suas funções, de um crédito de 5 horas por mês.
3. Este crédito não é acumulável com créditos de horas de que o representante beneficie por integrar outras estruturas representativas dos trabalhadores.
4. O mandato dos representantes dos trabalhadores é de 3 anos.



5. A substituição dos representantes só é admitida no caso de renúncia ou impedimento definitivo, e cabe aos candidatos efectivos e suplentes pela ordem indicada na respectiva lista.

## **CAPÍTULO IV**

### **COMISSÃO MUNICIPAL DE SEGURANÇA, HIGIENE E SAÚDE NO TRABALHO**

#### **Artigo 14.º**

##### **Composição**

1. A Comissão Municipal de Segurança, Higiene e Saúde no Trabalho é constituída por 3 representantes da Câmara Municipal, incluindo o seu Presidente ou quem para o efeito for por si designado, que presidirá, e por um igual número de representantes dos trabalhadores;
2. A competência para presidir à comissão pode ser delegada no membro do executivo que tenha a seu cargo os recursos humanos.

#### **Artigo 15.º**

##### **Atribuições e competências**

Compete à Comissão Municipal de Segurança, Higiene e Saúde no Trabalho:

- a) Emitir parecer sobre o plano e relatório de actividades da segurança e higiene no trabalho;
- b) Solicitar e acompanhar inspecções internas de segurança;
- c) Fiscalizar e avaliar o funcionamento dos serviços de segurança, higiene e saúde no trabalho;
- d) Ter conhecimento dos relatórios, informações e dados estatísticos produzidos pelos serviços de segurança, higiene e saúde no trabalho;
- e) Fiscalizar o cumprimento do presente Regulamento;
- f) Apresentar propostas sempre que tal se justifique.

## **Artigo 16.º**

### **Funcionamento**

1. A Comissão reúne ordinariamente de 3 em 3 meses.
2. A Comissão reúne extraordinariamente por iniciativa do Presidente, por iniciativa própria ou a pedido de 1/3 dos membros.
3. O pedido de reunião extraordinária, referido no número anterior, deve ser efectuado, por escrito, ao Presidente da Comissão.
4. As reuniões das Comissões efectuam-se durante o horário normal de trabalho, salvo casos devidamente justificados, podendo nas suas reuniões participar, sem direito a voto, os elementos dos serviços de segurança, higiene e saúde no trabalho.

## **Artigo 17.º**

### **Duração do mandato**

A duração do mandato será determinada por despacho do Presidente da Câmara.

## **CAPÍTULO V**

### **ORGANIZAÇÃO E FUNCIONAMENTO DAS ACTIVIDADES DE SEGURANÇA, HIGIENE E SAÚDE NO TRABALHO**

## **Artigo 18.º**

### **Objectivos**

Os serviços de segurança, higiene e saúde no trabalho devem orientar a sua acção para os seguintes objectivos:

- a) Estabelecimento e manutenção de condições de trabalho que assegurem a integridade física e mental dos trabalhadores;
- b) Desenvolvimento de condições técnicas que assegurem a aplicação das medidas de prevenção definidas no artigo 5.º do presente Regulamento;

c) Desenvolvimento de condições e meios que assegurem a informação e a formação dos trabalhadores, e permitam a sua participação prevista nos artigos 6º e 7º do presente Regulamento.

## **Artigo 19.º**

### **Estrutura dos serviços**

1. Os serviços de segurança, higiene e saúde no trabalho, integram-se organicamente no Departamento Administrativo e Financeiro, Divisão Administrativa, Secção de Recursos Humanos.

## **Artigo 20.º**

### **Actividades principais**

1. Os serviços de segurança, higiene e saúde no trabalho do Município devem tomar as providências necessárias para prevenir os riscos profissionais e promover a saúde dos trabalhadores.
2. Para efeitos do artigo anterior, os serviços de segurança, higiene e saúde no trabalho devem garantir, nomeadamente, a realização das seguintes actividades:
  - a) Informação técnica, na fase de projecto e de execução, sobre as medidas de prevenção relativas às instalações, locais, equipamentos e processos de trabalho;
  - b) Identificação e avaliação dos riscos para a segurança e saúde nos locais de trabalho e controlo periódico dos riscos resultantes da exposição a agentes químicos, físicos e biológicos;
  - c) Planeamento da prevenção, integrando, a todos os níveis e para o conjunto das actividades do Município, a avaliação dos riscos e as respectivas medidas de prevenção;
  - d) Elaboração de um programa de prevenção de riscos profissionais;

- e) Promoção e vigilância da saúde, bem como a organização e manutenção dos registos clínicos e outros elementos informativos relativos a cada trabalhador;
  - f) Informação e formação sobre os riscos para a segurança e saúde, bem como sobre as medidas de protecção e prevenção;
  - g) Organização dos meios destinados à prevenção e protecção, colectiva e individual, e coordenação das medidas a adoptar em caso de perigo grave e iminente;
  - h) Afixação de sinalização de segurança nos locais de trabalho;
  - i) Análise dos acidentes em serviço, doenças profissionais, incidentes e acontecimentos perigosos, propondo as correspondentes medidas de natureza preventiva;
  - j) Recolha e organização dos elementos estatísticos relativos à segurança e saúde no Município, nomeadamente os referidos na alínea anterior;
  - k) Coordenação de inspecções internas de segurança sobre o grau de controlo e sobre a observância das normas e medidas de prevenção nos locais de trabalho;
  - l) Elaboração de relatórios sobre acidentes em serviço que tenham ocasionado, por incapacidade para o trabalho, ausência superior a 3 dias úteis.
- 3. Os serviços de higiene e segurança devem exercer regularmente a sua actividade nos locais de trabalho.
  - 4. Os serviços de medicina no trabalho devem assegurar disponibilidade horária que lhes permita desenvolver, pelo menos, um terço da sua actividade em meio laboral.
  - 5. Os serviços de segurança, higiene e saúde no trabalho devem, ainda, manter actualizados, os seguintes elementos:
    - a) Resultados das avaliações dos riscos relativos aos grupos de trabalhadores a eles expostos;

- b) Lista de acidentes em serviço que tenham ocasionado ausência por incapacidade para o trabalho, bem como dos relatórios indicados na alínea l), do n.º 2;
- c) Listagem das medidas, propostas ou recomendações formuladas pelos serviços de segurança e saúde no trabalho.

## **Artigo 21.º**

### **Acesso à informação técnica**

1. Todos os serviços, sem excepção, devem fornecer à Secção de Recursos Humanos, os elementos técnicos sobre os equipamentos e a composição dos produtos utilizados.
2. A Secção de Recursos Humanos deve ser informada sobre todas as alterações dos componentes materiais do trabalho e consultada, previamente, sobre todas as situações com repercussão na segurança, higiene e saúde dos trabalhadores.
3. Os elementos referidos nos números anteriores serão enviados aos serviços de segurança, higiene e saúde no trabalho.
4. As informações referidas nos números 1 e 2 ficam sujeitas a sigilo profissional, sem prejuízo das informações pertinentes para a protecção da segurança e saúde dos trabalhadores deverem ser comunicadas aos trabalhadores implicados e aos representantes dos trabalhadores para os domínios da segurança, higiene e saúde no trabalho, sempre que tal se mostre necessário.

## **Artigo 22.º**

### **Exames médicos**

1. Os serviços de segurança, higiene e saúde no trabalho do Município de Albergaria-a-Velha, devem promover a realização de exames de saúde, tendo em vista verificar a aptidão física e psíquica do trabalhador para o exercício da sua profissão, bem como a repercussão do trabalho e das suas condições na saúde do trabalhador.

2. Sem prejuízo do disposto em legislação especial, devem ser realizados os seguintes exames de saúde:
  - a) Exames de admissão, antes do início da prestação de trabalho ou, quando a urgência da admissão o justificar, nos 10 dias seguintes;
  - b) Exames periódicos, anuais para os trabalhadores maiores de 50 anos e de dois em dois anos para os restantes;
  - c) Exames ocasionais, sempre que haja alterações substanciais nos meios utilizados, no ambiente de trabalho e na organização do trabalho susceptíveis de repercussão nociva na saúde do trabalhador, bem como no caso de regresso ao trabalho depois de ausência superior a 30 dias por motivo de acidente em serviço ou doença.
3. Para complementar a sua observação e formular uma opinião mais precisa sobre o estado de saúde de cada um dos trabalhadores ou de todos os trabalhadores, os serviços de medicina do trabalho podem solicitar exames complementares ou pareceres médicos especializados.
4. Face ao estado de saúde do trabalhador e aos resultados da prevenção dos riscos profissionais, os serviços de medicina do trabalho podem, quando tal se justifique, reduzir ou alargar, a periodicidade dos exames, sem deixar, contudo, de os realizar dentro do período em que está estabelecida a obrigatoriedade de novo exame.

### **Artigo 23.º**

#### **Ficha clínica**

1. As observações clínicas relativas aos exames médicos são anotadas em ficha própria, encontrando-se esta sujeita ao regime de segredo profissional e apenas podendo ser facultada às autoridades de saúde e aos médicos da Inspeção Geral do Trabalho.

2. O trabalhador tem direito à consulta da respectiva ficha clínica, podendo solicitar cópia nos termos do Código de Procedimento Administrativo.
3. Quando o trabalhador deixar de exercer funções no Município de Albergaria-a-Velha, ser-lhe-á entregue, a seu pedido, cópia da ficha clínica.

## **Artigo 24.º**

### **Relatório de actividades**

Os serviços de segurança, higiene e saúde no trabalho elaborarão o relatório anual das actividades, que remeterão às entidades competentes, no primeiro semestre do ano seguinte aquele a que respeita.

## **CAPÍTULO VI**

### **EQUIPAMENTOS DE PROTECÇÃO INDIVIDUAL**

## **Artigo 25.º**

### **Princípio geral**

Os Equipamentos de Protecção Individual são de uso obrigatório quando os riscos existentes não possam ser evitados ou suficientemente limitados por meios técnicos de protecção colectiva ou por medidas, métodos ou processos de organização do trabalho.

## **Artigo 26.º**

### **Disposições gerais**

1. Todo o Equipamento de Protecção Individual deve:
  - a) Estar conforme com as normas aplicadas à sua concepção e fabrico em matéria de segurança e saúde;
  - b) Ser adequado aos riscos a prevenir e às condições existentes no local de trabalho, sem implicar por si próprio um aumento de risco;

- c) Atender às exigências ergonómicas e de saúde do trabalhador;
  - d) Ser adequado ao seu utilizador.
2. O Equipamento de Protecção Individual é de uso pessoal.
3. As condições de utilização do Equipamento de Protecção Individual, nomeadamente no que se refere à sua duração, são determinadas em função da gravidade do risco, da frequência de exposição ao mesmo e das características do posto de trabalho.
4. O Equipamento de Protecção Individual deve ser usado de acordo com as instruções do fabricante.

### **Artigo 27.º**

#### **Obrigações do Município**

Constitui obrigação do Município:

- a) Fornecer o Equipamento de Protecção Individual e garantir o seu bom funcionamento;
- b) Fornecer e manter disponível nos locais de trabalho informação adequada sobre cada Equipamento de Protecção Individual;
- c) Informar os trabalhadores dos riscos contra os quais o Equipamento de Protecção Individual os visa proteger;
- d) Assegurar a formação sobre a utilização do Equipamento de Protecção Individual, se necessário.

### **Artigo 28.º**

#### **Obrigações dos trabalhadores**

Constitui obrigação dos trabalhadores:



- a) Utilizar correctamente o Equipamento de Protecção Individual de acordo com as instruções que lhe forem fornecidas;
- b) Conservar e manter em bom estado o Equipamento de Protecção Individual que lhe for distribuído;
- c) Participar de imediato todas as avarias ou deficiências do Equipamento de Protecção Individual de que tenha conhecimento.

### **Artigo 29.º**

#### **Consulta dos trabalhadores**

Os trabalhadores e/ou os seus representantes devem ser consultados sobre as escolhas do Equipamento de Protecção Individual.

### **Artigo 30.º**

#### **Infracções**

1. É considerada violação do dever de zelo o não cumprimento das alíneas a) a d) do artigo 26.º do presente regulamento.
2. É considerado violação do dever de obediência e zelo o não cumprimento, do estipulado nas alíneas a) a c) do artigo 27.º.
3. Os factos descritos nos números anteriores são constitutivos de infracção disciplinar, aplicando-se subsequentemente as normas constantes do Estatuto Disciplinar dos Funcionários e Agentes da Administração Central, Regional e Local e Código do Trabalho consoante o tipo de vínculo do trabalhador com o Município.

## **CAPÍTULO VII**

### **DISPOSIÇÕES FINAIS**

## **Artigo 31.º**

### **Conhecimento aos trabalhadores**

Este Regulamento é do conhecimento obrigatório de todos os trabalhadores do Município, devendo ser distribuído por cada secção e promovidas as adequadas medidas de divulgação tendo em conta as características de cada grupo sócio-profissional.

## **Artigo 32.º**

### **Responsabilização**

1. O empregador ou entidade empregadora é responsável pelo incumprimento do presente Regulamento e das normas legais sobre segurança, higiene e saúde no trabalho.
2. A responsabilidade disciplinar não afasta a responsabilidade civil ou criminal, se for caso disso.
3. O incumprimento grave e reiterado das normas referidas no n.º 1 pode constituir fundamento para a cessação da comissão de serviço prevista na lei para o pessoal dirigente, independentemente da instauração de processo disciplinar.

## **Artigo 33.º**

### **Violação**

A violação do disposto neste Regulamento é passível de procedimento disciplinar.

## **Artigo 34.º**

### **Verificação de procedimentos**

A pessoa ou entidade a quem competirá proceder à verificação do cumprimento das normas de segurança, higiene e saúde no trabalho será designado pelo Presidente da Câmara Municipal de Albergaria-a-Velha.

### **Artigo 35.º**

#### **Entrada em vigor**

O presente Regulamento entra em vigor 30 dias após a sua aprovação pela Assembleia Municipal.

ALBER  
GARIA  
·A·VE  
LHA